

A onda de cesarianas que tomou conta das maternidades na última década virou caso de saúde pública e preocupa as autoridades em todo o país. A capital mineira não foge à regra e registra números absurdos de partos cirúrgicos, além de um grave abandono das práticas saudáveis do nascimento. O alerta faz parte de um relatório do movimento "BH pelo Parto Normal" lançado pela Secretaria Municipal de Saúde em parceria com o Ministério da Saúde, no começo deste ano.

A pior consequência é a chamada epidemia de pré-maturidade; bebês retirados dos úteros antes da maturação completa, apenas por conveniência das mães, médicos e hospitais. Entre 1996 e 2004 a porcentagem de nascidos com menos de 37 semanas subiu mais de 70%, puxando para o alto o índice de bebês com peso inferior a dois quilos e meio, mínimo preconizado como ideal pela OMS.

Na crista do índice de cesarianas estão os hospitais privados, onde a taxa de partos abdominais (por cirurgia) atinge a média incrível de 80%. Alguns hospitais particulares chegaram a realizar 96% dos partos por cesariana. Na rede pública, a taxa subiu de 41,7% em 1999 para 48,5% em 2005, segundo o levantamento. É mais que o triplo do recomendável pela OMS, 15%, levando-se em conta todas as situações de risco inerentes ao parto.

Uma comissão perinatal, formada por representantes do poder público e da iniciativa privada, acompanha os nascimentos em toda a rede de saúde de BH e aponta um paradoxo. De um lado, registra-se uma intensa medicação nos nascimentos e de outro, taxas elevadas de mortes materna e infantil, como se todo o esforço e tecnologia dispensados nas UTIs neonatais e maternidades, fossem em vão.

A médica Sônia Lansky, coordenadora do movimento pelo parto normal, diz que a interrupção da gravidez, antes do trabalho de parto, gera erros na idade gestacional e provoca uma série de problemas nos recém-nascidos, como distúrbios respiratórios, mais tempo de internação em UTIs, distanciamento da mãe e de outras crianças e a falta de amamentação. Por outro lado, o trabalho de parto favorece o amadurecimento dos pulmões, do sistema nervoso e do organismo. "O que os profissionais de saúde estão fazendo é privando as crianças desse direito", afirma Lansky.

Segundo a médica, a preferência pela cesariana é maior, justamente entre as mulheres que tem poder aquisitivo maior e grau de instrução mais elevado. O que muitas mães, talvez não saibam, é que o risco de morte materna é sete vezes maior nas cesarianas e o de morte do bebê dobra, segundo dados do MS. Além disso, a cesárea exige a presença de uma equipe médica completa (inclusive com anestesista), tem mais riscos de hemorragia, infecções e pode provocar perda do aleitamento. A recuperação é mais demorada e as futuras gestações são prejudicadas.

É crime?

Poucos profissionais da área de saúde arriscam responder a essa pergunta. No entanto, todos são unânimes em afirmar que a questão ética precisa ser avaliada pelos médicos no momento de decidir pela cesariana. "Enquanto médico, a gente tem que assumir o compromisso e passar para as mulheres e seus companheiros que o parto por cesariana não é saudável, a não ser nos casos em que a gravidez seja de risco", afirma a médica de família, Sílvia Catarina de Oliveira, presidente da "Musa", uma ONG fundada em 1986 com o objetivo de lutar pela saúde da mulher.

A médica ressalta que as mulheres são donas do corpo e devem decidir primeiro, mas falta orientação na hora de optar pelo parto normal. Outro fator que favorece o alto índice de cesarianas é financeiro. Os planos de saúde e o próprio SUS remuneram menos o parto normal, considerando aí os gastos com medicação e hospedagem hospitalar. A praticidade e a comodidade para os médicos também são preponderantes. No tempo que levam para



A médica Sônia Lansky incentiva e apóia os casais que fazem opção pelo método natural

fazer um parto normal, dá para realizar até seis cesarianas.

O diretor do Sinmed-MG, Aroldo Gonçalves de Carvalho, diz que há uma cultura da pressa atualmente. Da mãe, que quer se liberar mais rápido da gravidez; do profissional, que atua geralmente em regime de plantão e dos hospitais. “Para muitos médicos, a cesariana é até um meio de se prevenir contra eventuais reclamações e processos judiciais”, afirma.

O advogado Antônio Carlos Teodoro, especialista em erros médicos e presidente da ONG SOS Vida, aconselha pais e mães a ficarem atentos aos problemas ocasionados nos partos e a investigar as causas quando surgirem males que não foram identificados durante o pré-natal. Teodoro vai mais longe e acusa os médicos e hospitais de induzir as mães a optar pelas cesarianas. Para ele, o parto pré-maturo, feito com ou sem o consentimento dos pais, que resulte em problemas de saúde para a criança, deve ser tratado como erro de procedimento e sofrer uma ação de responsabilidade penal. “A criança tem o direito de nascer com saúde e quando alguém impede que isso aconteça, está cometendo uma ilegalidade”, diz.

O advogado acredita que a administração do SUS deveria priorizar o parto normal, treinando os novos profissionais e criando parâmetros mais rígidos de procedimentos nas maternidades para evitar que a cesariana deixe de ser, simplesmente, uma questão de escolha por comodidade, mas uma opção em que pese salvar a vida da mãe e da criança.

Boas iniciativas

Numa luta de Davi contra Goliás, o movimento “BH pelo parto normal” conseguiu chamar à discussão os planos de saúde e espera colher resultados em duas frentes: nos hospitais credenciados ao Sus, onde o processo já está mais adiantado e nos particulares, onde ainda há resistência. A Associação dos hospitais privados, por exemplo, não participou das reuniões feitas até hoje. As cooperativas médicas, no entanto, dão sinais de que entendem a necessidade de mudanças no quadro atual.

A Unimed, maior cooperativa médica do estado, já se comprometeu, segundo Sônia Lansky, em estudar as propostas de reorganização e qualificação dos serviços que levem à redução das cesarianas. Entre as medidas propostas estão a capacitação das equipes médicas e a humanização do parto, com a implantação de acompanhantes(Doulas), durante e depois do nascimento.

A primeira ação nesse sentido, veio da CASU-cooperativa médica dos servidores da UFMG, que decidiu triplicar o valor pago aos médicos pelo parto normal em relação à cesariana. Segundo Lilian Garcia, assistente social da CASU, a medida foi lançada há dois meses, depois de um levantamento que constatou um alto índice de cesarianas nos partos realizados pelas associadas. Apesar do pouco tempo, Lilian afirma que houve uma boa receptividade na rede de assistência da cooperativa e, espera-se em breve, reduzir pela metade os partos por cirurgia. Na rede pública, o melhor exemplo vem do hospital Sophia Feldman, no bairro Tupi, região norte da capital, que conseguiu atingir mais de 76% dos partos pelo método normal.

O Hospital criou a Casa de Parto, ambiente preparado para que a mãe receba orientação e assistência, desde o diagnóstico ao momento de dar à luz. Os apartamentos são equipados com banheira e aparelhos de exercício para facilitar o trabalho de parto. A dona-de-casa Maria do Rosário, de 33 anos, deu à luz gêmeos de parto normal e deixou o hospital com os bebês em ótimo estado de saúde. Mas o Sophia Feldman quer mais. Já está em execução um programa de redução das cesarianas para 20%.

O ginecologista João Batista Lima, coordenador do programa, acredita que em um ano vai alcançar a marca. “Reduzir as cesarianas é possível desde que haja um comprometimento do hospital e das equipes médicas no sentido de mudar a cultura estabelecida. Não há segredo. É só agir”, afirma.